

ANALISTA JUDICIÁRIO - PSICOLOGIA

PROVA ESCRITA OBJETIVA E DISCURSIVA – ANALISTA JUDICIÁRIO – NÍVEL SUPERIOR

TIPO 1 – BRANCA



SUA PROVA

Além deste caderno de provas contendo 60 questões objetivas e 2 questões discursivas, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha de respostas das questões objetivas
- uma folha de textos definitivos para a transcrição das respostas das questões discursivas



TEMPO

- **5 horas** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva e para a transcrição das respostas das questões discursivas para a folha de textos definitivos
- **3 horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de provas
- **30 minutos** antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de provas**



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala



INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s)
- Confira a cor, o tipo e o cargo do seu caderno de provas. Caso tenha recebido caderno de cor, tipo ou cargo diferente do impresso em sua folha de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala
- O preenchimento das respostas da prova objetiva e das questões discursivas é de sua responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas e da folha de textos definitivos em caso de erro
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva e as transcrições para a folha de textos definitivos
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas

Boa sorte!

LÍNGUA PORTUGUESA

1

“Justiça é consciência, não uma consciência pessoal, mas a consciência de toda a humanidade. Aqueles que reconhecem claramente a voz de suas próprias consciências normalmente reconhecem também a voz da justiça.” (Alexander Solzhenitsyn)

A afirmação que está de acordo com a estruturação e a significação desse pensamento é:

- (A) a conjunção “mas” mostra uma oposição entre “consciência” e “consciência de toda a humanidade”;
- (B) ao dizer que justiça é a consciência de toda a humanidade, o autor mostra uma marca da justiça: a imparcialidade;
- (C) o segmento “não uma consciência pessoal” corrige o erro do emprego do termo “consciência” no trecho anterior;
- (D) o segundo período amplia a informação do texto, uma espécie de consequência da afirmação anterior;
- (E) o termo “normalmente” indica que o processo de reconhecimento ocorre de forma particular em cada cidadão.

2

“Quando se julga por indução e sem o necessário conhecimento dos fatos, às vezes chega-se a ser injusto até mesmo com os malfeitores.”

O raciocínio abaixo que deve ser considerado como indutivo é:

- (A) Os funcionários públicos folgam amanhã, por isso meu marido ficará em casa;
- (B) Todos os juízes procuram julgar corretamente, por isso é o que ele também procura;
- (C) Nos dias de semana os mercados abrem, por isso deixarei para comprar isso amanhã;
- (D) No inverno, chove todos os dias, por isso vou comprar um guarda-chuva;
- (E) Ontem nevou bastante, por isso as estradas devem estar intransitáveis.

3

“Todos aqueles que devem deliberar sobre quaisquer questões devem manter-se imunes ao ódio e à simpatia, à ira e ao sentimentalismo.”

Tratando-se de um pensamento dirigido àqueles que julgam, o seu autor recomenda que eles:

- (A) pratiquem a caridade em relação ao próximo;
- (B) deixem de lado, no julgamento, questões pessoais;
- (C) não abandonem o sentimento ao julgarem;
- (D) considerem sempre a realidade do próximo;
- (E) privilegiem sempre a verdade.

4

Chegaram todos atrasados; além disso, não trouxeram as encomendas.

Nessa frase, aparece o conector “além disso” com valor de adição; a frase abaixo em que NÃO há um conector do mesmo valor aditivo é:

- (A) Além de usar máscara, os passageiros dos ônibus deviam estar mais separados uns dos outros;
- (B) Ainda por cima, as pessoas parecem considerar que a pandemia já acabou;
- (C) Corria o risco de contrair a doença e mesmo assim não se importava;
- (D) Nem a máscara nem o álcool protegem integralmente contra a Covid;
- (E) Não só a pandemia não terminou, como também novas cepas são esperadas.

5

“A arte de interrogar não é tão fácil como se pensa. É mais uma arte de mestres do que discípulos; é preciso já ter aprendido muitas coisas para saber perguntar o que não se sabe.”

A frase abaixo que mostra uma interrogação, ainda que indireta, é:

- (A) Sei o porquê de ele ter chegado atrasado;
- (B) Vi quando o táxi capotou;
- (C) Desconheço onde ele mora;
- (D) Vi como ela fez isso;
- (E) Queria conhecer todas as respostas.

6

“E da minha fidelidade não se deveria duvidar; pois, tendo-a sempre observado, não devo aprender a rompê-la agora; e quem foi fiel e bom por quarenta e três anos, como eu, não deve poder mudar de natureza: da minha fidelidade e da minha bondade é testemunha a minha pobreza.”

Nesse pensamento, o autor utiliza os adjetivos “fiel e bom” e, em seguida, os substantivos correspondentes “fidelidade” e “bondade”.

A opção abaixo em que os dois adjetivos citados mostram substantivos adequados é:

- (A) sensato e esperto / sensatez e esperteza;
- (B) claro e escuro / clareza e escuridão;
- (C) alto e gordo / altura e magrura;
- (D) fundo e profundo / fundeza e profundeza;
- (E) liso e áspero / lisibilidade e asperidade.

7

“Não há nada que demonstre tão bem a grandeza e a potência da inteligência humana, nem a superioridade e a nobreza do homem, como o fato de ele poder conhecer, compreender por completo e sentir fortemente a sua pequenez.”

Os termos desse pensamento mostram paralelismo perfeito nos seguintes segmentos:

- (A) “Não há nada” / “como o fato”;
- (B) “que demonstre” / “de ele poder conhecer”;
- (C) “a grandeza e a potência da inteligência humana” / “a superioridade e a nobreza do homem”;
- (D) “poder conhecer” / “compreender por completo”;
- (E) “como o fato de ele poder conhecer” / “compreender por completo e sentir fortemente”.

8

“A liberdade, como a vida, só a merece quem deve conquistá-la a cada dia!”

Essa frase exemplifica um caso de linguagem figurada que é um(a):

- (A) pleonasma, com a repetição da palavra “liberdade” por meio do pronome pessoal em “a merece”;
- (B) hipóbole, com a expressão “deve conquistá-la a cada dia”, já que indica um exagero;
- (C) eclipse do termo “liberdade” no segmento “só a merece quem deve conquistá-la”;
- (D) ironia na comparação “como a vida”, igualando duas realidades muito diferentes: a liberdade e a vida;
- (E) anacoluto com o termo inicial “liberdade”, já que ele não mostra continuidade sintática na frase.

9

“Os regimes que reprimem a liberdade da palavra, por se incomodarem com a liberdade que ela difunde, fazem como as crianças que fecham os olhos para não serem vistas.”

Sobre esse pensamento, é correto afirmar que:

- (A) o segmento “que reprimem a liberdade da palavra” explica o termo anterior;
- (B) o termo “da palavra” marca o paciente de “liberdade”;
- (C) “por se incomodarem com a liberdade que ela difunde” indica a consequência da repressão da liberdade da palavra;
- (D) a comparação com as crianças marca uma atitude infantil dos regimes citados;
- (E) “que fecham os olhos para não serem vistas” mostra uma ação claramente irracional.

10

“Também leio livros, muitos livros: mas com eles aprendo menos do que com a vida. Apenas um livro me ensinou muito: o dicionário. Oh, o dicionário, adoro-o. Mas também adoro a estrada, um dicionário muito mais maravilhoso.”

Depreende-se desse pensamento que seu autor:

- (A) nada aprende com os livros, com exceção do dicionário;
- (B) deve tudo que conhece ao dicionário;
- (C) adquire conhecimentos com as viagens que realiza;
- (D) conhece o mundo por meio da experiência de vida;
- (E) constatou que os dicionários registram o melhor da vida.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO E DE DIREITO CONSTITUCIONAL

11

O prefeito do Município Alfa decidiu promover uma ampla reestruturação da Administração pública indireta. Para tanto, decidiu que fosse elaborado um estudo preliminar, de modo a delinear os contornos gerais de: (1) duas entidades com personalidade jurídica própria, para a execução dos serviços públicos de limpeza urbana e de administração de cemitérios públicos; e (2) de órgãos específicos, a serem criados no âmbito da Secretaria de Saúde e da Secretaria de Ordem Pública, de modo a aumentar a especialização e, conseqüentemente, o nível de eficiência estatal.

É correto afirmar que:

- (A) em (1) são mencionados exemplos de descentralização administrativa por especificação e em (2) de descentralização administrativa por serviços;
- (B) em (1) são mencionados exemplos de desconcentração administrativa por especificação e em (2) de desconcentração administrativa por serviços;
- (C) em (1) são mencionados exemplos de descentralização administrativa por serviços e em (2) de desconcentração administrativa;
- (D) em (1) são mencionados exemplos de desestatização por serviços e em (2) de descentralização administrativa por eficiência;
- (E) em (1) são mencionados exemplos de desestatização por serviços e em (2) de estatização por padrão de eficiência.

12

Maria, servidora pública federal, foi aposentada por incapacidade permanente. Após algum tempo, junta médica oficial declarou insubsistentes os motivos da aposentadoria.

Como Maria estava plenamente apta ao exercício das funções que sempre desempenhou, deve ocorrer o(a) seu/sua:

- (A) aproveitamento;
- (B) reintegração;
- (C) readaptação;
- (D) recondução;
- (E) reversão.

13

Joana, jovem e renomada escritora de livros infantis, faleceu. O mais velho dos seus herdeiros, com 18 anos de idade, preocupado com a situação dos livros, que geravam uma elevada renda para Joana, questionou um advogado a respeito da proteção constitucional oferecida a direitos dessa natureza.

O advogado respondeu, corretamente, que o direito de utilização, publicação ou reprodução das obras de Joana pertence:

- (A) de modo exclusivo e em caráter perpétuo, aos herdeiros;
- (B) de modo exclusivo e pelo tempo que a lei fixar, aos herdeiros;
- (C) ao poder público, não aos herdeiros, que têm assegurado o direito de participação nos lucros obtidos;
- (D) ao público em geral, não aos herdeiros, que têm assegurado o direito de participação nos lucros obtidos;
- (E) aos herdeiros, ao poder público e ao público em geral, assegurando-se aos primeiros o direito de participação nos lucros.

14

A Lei federal nº XX impôs a todos os cidadãos determinada obrigação de caráter cívico, a ser cumprida em certos períodos por aqueles que fossem sorteados. João, em razão de suas convicções políticas, decidiu que não iria cumprir a obrigação.

À luz da sistemática constitucional, João:

- (A) não poderá sofrer consequência desfavorável, por ter exercido plenamente a sua liberdade de consciência, que não pode ser afrontada pelo poder público, sob pena de violação à dignidade da pessoa humana;
- (B) preservará o direito de votar, mas ficará inelegível, consequência que será afastada caso cumpra a prestação alternativa fixada em lei;
- (C) deverá cumprir a prestação alternativa fixada em lei e, caso se recuse, terá a cidadania suspensa em suas acepções ativa e passiva;
- (D) terá os direitos políticos suspensos, os quais serão restabelecidos caso cumpra a prestação alternativa fixada em lei;
- (E) deverá cumprir a prestação alternativa fixada em lei e, caso se recuse, ficará inelegível.

15

Após grande mobilização dos servidores públicos do Estado Alfa, foi promulgada a Lei estadual nº XX. De acordo com esse diploma normativo, os servidores públicos, titulares de cargos de provimento efetivo, que ocupassem cargos em comissão por um período mínimo de oito anos consecutivos, fariam jus à incorporação do respectivo valor à remuneração do cargo efetivo.

Irresignado com o teor da Lei estadual nº XX, o governador do Estado solicitou que fosse analisada a sua compatibilidade com a ordem constitucional, concluindo-se, corretamente, que esse diploma normativo é:

- (A) inconstitucional, pois é vedada a incorporação de vantagens vinculadas ao exercício de função de confiança ou de cargo em comissão à remuneração do cargo efetivo;
- (B) inconstitucional, pois a não extensão do benefício da incorporação às vantagens vinculadas ao exercício de função de confiança caracteriza distinção arbitrária;
- (C) inconstitucional, pois somente as vantagens vinculadas ao exercício de função de confiança podem ser incorporadas à remuneração do cargo efetivo;
- (D) constitucional, desde que seja assegurada a incorporação proporcional da vantagem caso os oito anos consecutivos não sejam integralizados;
- (E) constitucional, pois a incorporação das vantagens recebidas pelo servidor público por longos períodos é um imperativo de segurança jurídica.

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO, REGIMENTO INTERNO E LEI DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA

16

João, servidor público ocupante de cargo efetivo, no exercício das funções, opôs resistência injustificada ao andamento de documento e processo.

De acordo com o regime jurídico disciplinar da Lei nº 8.112/1990, que lhe é aplicável, observadas as cautelas procedimentais legais, em tese, João, que até então nunca havia praticado qualquer infração funcional, está sujeito à sanção de:

- (A) advertência, que terá seu registro cancelado, após o decurso de três anos de efetivo exercício, se João não houver, nesse período, praticado nova infração disciplinar;
- (B) suspensão, que terá seu registro cancelado, após o decurso de três anos de efetivo exercício, se João não houver, nesse período, praticado nova infração disciplinar;
- (C) suspensão, que terá seu registro cancelado, após o decurso de cinco anos de efetivo exercício, se João não houver, nesse período, praticado nova infração disciplinar;
- (D) demissão, que terá seu registro cancelado, após o decurso de três anos de efetivo exercício, se João não houver, nesse período, praticado nova infração disciplinar;
- (E) demissão, que terá seu registro cancelado, após o decurso de cinco anos de efetivo exercício, se João não houver, nesse período, praticado nova infração disciplinar.

17

Em matéria de composição do primeiro grau de jurisdição no Distrito Federal, de acordo com a Lei nº 11.697/2008, que dispõe sobre a Organização Judiciária do Distrito Federal e dos Territórios:

- (A) a Magistratura de primeiro grau do Distrito Federal compõe-se apenas de juízes de direito;
- (B) o Tribunal de Justiça não poderá remanejar Varas dentre as Circunscrições Judiciárias;
- (C) a especialização de Varas ocorre após votação dos juízes de primeiro grau e mediante estudo técnico;
- (D) a especialização de Varas é ato privativo do presidente do Tribunal, sendo desnecessário estudo técnico;
- (E) o Tribunal de Justiça poderá utilizar, como critério para criação de novas Circunscrições Judiciárias, as Regiões Administrativas do Distrito Federal, mediante Resolução.

18

De acordo com o Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, dar posse aos servidores do quadro do Tribunal de Justiça e àqueles investidos em cargo em comissão é atribuição administrativa do:

- (A) presidente do Tribunal;
- (B) governador do Estado;
- (C) primeiro vice-presidente do Tribunal;
- (D) corregedor do Tribunal;
- (E) secretário de Estado de Administração.

19

A Lei nº 11.697/2008, que dispõe sobre a Organização Judiciária do Distrito Federal e dos Territórios, estabelece que aos juízes de direito cabe, além de processar e julgar os feitos de sua competência:

- (A) inspecionar os serviços cartorários, informando, mensalmente, ao corregedor o resultado das inspeções;
- (B) nomear servidores para cargo em comissão e função de confiança na respectiva Secretaria;
- (C) conceder a delegação para o exercício da atividade notarial e de registro, bem como extingui-la, na respectiva comarca;
- (D) aplicar aos servidores que lhes sejam subordinados penalidades disciplinares que não excedam a trinta dias de suspensão;
- (E) regular a atividade do depositário público, dispondo sobre as formas de controle dos bens em depósito, bem como as atividades dos contadores-partidores e distribuidores.

20

No âmbito do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, tramita ação que tem por objeto a declaração de ilegalidade de greve de servidores distritais não regidos pela legislação trabalhista.

Consoante dispõe o Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, o processo e julgamento de ações como a mencionada compete:

- (A) ao Conselho Especial;
- (B) à Câmara de Uniformização;
- (C) ao presidente do Tribunal;
- (D) às Turmas Cíveis;
- (E) às Câmaras Cíveis.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21

O Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), por meio de uma Resolução de 2006, institucionalizou o Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente para assegurar e fortalecer a implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Sobre o tema, analise as opções a seguir.

I. A Vara da Infância e da Juventude, o Ministério Público e a Defensoria Pública;

II. O Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas) e o Conselho Tutelar;

III. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e o Centro de Atenção Psicossocial Infantil (Capsi).

Faz(em) parte do Sistema de Garantia de Direito da Criança e do Adolescente:

- (A) somente I;
- (B) somente I e II;
- (C) somente I e III;
- (D) somente II e III;
- (E) I, II e III.

22

João tinha 19 anos quando cometeu o crime de homicídio de um vizinho durante um surto psicótico. João foi diagnosticado como esquizofrênico paranoide e o juiz determinou a aplicação de uma medida de segurança de internação em hospital de custódia. João cumpriu a medida por seis anos e pode ser desinternado condicionalmente, mas, após o crime, sua família não pôde mais continuar naquele bairro e seu paradeiro atual é desconhecido.

De acordo com a legislação que trata do atendimento às pessoas com transtorno mental em conflito com a lei, João:

- (A) será internado em hospital psiquiátrico externo ao presídio até sua família ser localizada;
- (B) será encaminhado para uma comunidade terapêutica para egressos do sistema penitenciário;
- (C) poderá se beneficiar do Sistema Residencial Terapêutico para sua reinserção comunitária;
- (D) cumprirá o restante de sua pena privativa de liberdade em unidade prisional convencional;
- (E) terá sua pena extinta e será liberado e orientado a buscar atendimento ambulatorial.

23

A desmotivação no trabalho pode ter como causas fatores ambientais e/ou individuais. O psicólogo Abraham Maslow tratou do tema da motivação humana e propôs uma hierarquia de necessidades que são representadas em uma pirâmide.

Aplicando-se a teoria de Maslow no ambiente profissional, ocupa o topo da pirâmide:

- (A) a necessidade fisiológica de estar em um ambiente com conforto e boa ventilação;
- (B) a necessidade social de pertencimento ao grupo e de estabelecimento de laços com colegas;
- (C) a necessidade de autorrealização por meio do desenvolvimento dos seus potenciais;
- (D) a necessidade de segurança quanto à previsibilidade e à estabilidade no trabalho;
- (E) a necessidade de autoestima por meio do reconhecimento pelos pares e pelos superiores.

24

O juiz criminal aplicou a Roberto uma pena alternativa pelo crime de vandalismo em uma parada de ônibus.

A Política Nacional de Alternativas Penais tem como finalidade:

- (A) a aplicação do regime de semiliberdade em meio aberto;
- (B) a responsabilização da pessoa submetida à alternativa penal;
- (C) a diminuição do tempo de encarceramento do condenado;
- (D) a absolvição dos indiciados em crimes de menor potencial ofensivo;
- (E) a substituição da pena de prestação pecuniária pela de prestação de serviços comunitários.

25

A funcionalidade humana não depende apenas de aspectos diretamente ligados às funções e estruturas do corpo. O Índice de Funcionalidade Brasileiro Aplicado para Fins de Aposentadoria (IFBRA) é um instrumento de avaliação psicossocial da deficiência que leva em conta também o papel do contexto na forma como as pessoas desempenham suas atividades habituais. Considerando os fatores ambientais envolvidos na funcionalidade, analise as afirmativas a seguir, considerando V para(s) verdadeira(s) e F para(s) falsa(s):

I. Assistentes virtuais por comando de voz são ferramentas de tecnologia assistiva para pessoas com tetraplegia.

II. O cão-guia é um facilitador na categoria apoio e relacionamentos para a mobilidade de pessoas com deficiência visual.

III. O assistencialismo garante promoção e proteção social para pessoas socialmente vulneráveis com deficiência física.

IV. A deficiência intelectual implica o veto ao exercício dos direitos civis, como a participação na vida política por meio do voto.

A sequência correta é:

- (A) V – V – F – F;
- (B) F – F – V – V;
- (C) V – F – V – F;
- (D) F – F – F – V;
- (E) V – V – V – F.

26

As pessoas que querem adotar uma criança ou adolescente devem postular sua Habilitação para Adoção e, deferido o pedido, elas aguardam em um cadastro sua convocação conforme a disponibilidade e o perfil de crianças ou adolescentes adotáveis.

De acordo com a legislação, na convocação para adoção:

- (A) casais terão preferência sobre pretendentes individuais;
- (B) casais sem filhos terão preferência sobre casais com filhos;
- (C) será observada a ordem cronológica da sentença de habilitação;
- (D) casais heterossexuais terão preferência sobre casais homoafetivos;
- (E) pretendentes estrangeiros terão preferência sobre pretendentes nacionais.

27

Bia, 17 anos, tem problemas na fala por causa da paralisia cerebral. Ela cursa o Ensino Médio com bom desempenho escolar. Bia ganhou um concurso de redação e sua colega Carolina, 16 anos, publicou numa rede social que Bia era "retardada" e havia sido favorecida pelos professores. O conflito que surgiu daí foi parar em uma Vara de Infância e Juventude onde foi feita a proposta de uma abordagem de mediação envolvendo as partes.

Com relação à situação descrita, é correto afirmar que:

- (A) Carolina poderá ser condenada por calúnia, injúria e difamação;
- (B) pessoas com capacitismo como Bia têm direito à educação inclusiva;
- (C) a abordagem restaurativa buscará a reparação do dano e a pacificação social;
- (D) o enfoque retributivo prevê a corresponsabilidade dos participantes;
- (E) o mediador sugerirá soluções para a autocomposição do conflito.

28

O tabagismo é o principal fator de risco para enfermidades e incapacitações prematuras e evitáveis. Considerando que é na adolescência que ocorre a iniciação do uso do tabaco, a psicóloga Ana propôs um trabalho em equipe multidisciplinar a ser desenvolvido junto a alunos do Ensino Médio.

Um programa de Psicologia da Saúde focado na prevenção primária ao uso do tabaco poderá usar como estratégia:

- (A) a oferta de informações em linguagem acessível sobre o risco de dependência do tabaco e suas consequências para a saúde;
- (B) o atendimento terapêutico em grupo de ajuda mútua voltado para adolescentes tabagistas que desejam parar de fumar;
- (C) a redução de danos por meio do fornecimento de chicletes de nicotina ou de cigarros eletrônicos para os adolescentes;
- (D) a descriminalização da venda de cigarros a menores de idade e a proibição de fumar em ambientes fechados;
- (E) evitar tratar do tema tabagismo a fim de não despertar nos jovens a curiosidade e o desejo de experimentar cigarros.

29

Um bebê indígena recém-nascido com uma deficiência física foi resgatado após ter sido abandonado em um matagal e foi acolhido em uma entidade após o atendimento médico.

De acordo com a legislação vigente no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA):

- (A) apenas membros da mesma comunidade étnica poderão adotar o bebê;
- (B) os representantes da Funai terão preferência na adoção do bebê índio;
- (C) os direitos fundamentais reconhecidos pelo ECA não se aplicam a indígenas;
- (D) o bebê poderá vir a ser adotado por pretendentes habilitados à adoção;
- (E) o bebê permanecerá em acolhimento em respeito à sua identidade cultural.

30

Para atuar nos casos em que é necessária a obtenção de testemunho, a exemplo das situações de violência contra crianças e adolescentes e do depoimento especial, é importante entender como funciona a memória humana.

Sobre as etapas envolvidas desde o contato com um evento relevante até seu testemunho, é correto afirmar que:

- (A) todas as informações que chegam pelos órgãos dos sentidos ficam armazenadas na memória;
- (B) as informações armazenadas na memória permanecem intocadas ao longo do tempo;
- (C) o acesso à memória das crianças depende da utilização de técnicas projetivas e jogos;
- (D) falsas memórias ocorrem quando há uma distorção proposital dos fatos pela criança ou adolescente;
- (E) a intensidade emocional do evento influencia no processo de recuperação da memória.

31

A aposentada Joaquina, 72 anos, foi presa em flagrante logo após sair de um supermercado de onde havia furtado duas garrafas de whisky e artigos variados de perfumaria. Na Delegacia, Joaquina declarou que, ao pagar suas compras no caixa de autoatendimento, esqueceu-se de incluir estes itens.

Sobre essa situação, é correto afirmar que:

- (A) Joaquina é inimputável por se tratar de pessoa idosa com mais de 70 anos;
- (B) é indicada a internação compulsória da idosa para o tratamento da dependência alcoólica;
- (C) idosos com diagnóstico de demência senil são semi-imputáveis para efeito processual penal;
- (D) a família de Joaquina poderá ser processada por abandono moral e material de incapaz;
- (E) maiores de 70 anos podem se beneficiar do regime aberto em sua residência, se condenados.

32

Silvia é psicóloga do TJDF e tem entre suas atribuições o atendimento a servidores do Tribunal. O técnico judiciário Gustavo relatou a ela que é portador do vírus HIV e faz acompanhamento multidisciplinar em um serviço público de saúde. Gustavo teme sofrer preconceito na serventia caso sua condição seja conhecida.

De acordo com o disposto no Código de Ética e de Conduta do TJDF:

- (A) é obrigatória a divulgação pública de doenças infectocontagiosas, como a Aids, de forma a assegurar proteção sanitária ao corpo de servidores;
- (B) Gustavo tem direito ao sigilo sobre sua condição de saúde e a informação ficará restrita a ele e aos responsáveis pela guarda, manutenção e tratamento da informação;
- (C) Silvia respeitará o direito de Gustavo ao sigilo e acordará com ele, de forma confidencial, um motivo alternativo para justificar as licenças médicas;
- (D) a profissional manterá a neutralidade e a parcialidade quanto à informação obtida e aconselhará Gustavo a requerer autorização para trabalhar remotamente;
- (E) Silvia deverá sensibilizar Gustavo a participar de campanha educativa de combate à discriminação contra pessoas com Aids e DSTs.

33

Moradora do 10º andar, Vera quase não sai de casa porque tem sintomas de pânico quando entra no elevador e acredita que sofrerá um enfarte.

A terapia cognitivo comportamental (TCC) foi indicada para Vera, e a psicóloga poderá utilizar as seguintes técnicas da TCC para trabalhar com a paciente:

- (A) registro de pensamentos disfuncionais e medicação;
- (B) troca de papéis e análise da transferência;
- (C) catarse dramática e parada do pensamento;
- (D) dessensibilização sistemática e técnicas de relaxamento;
- (E) técnicas de exposição e condicionamento operante.

34

Em 1999, o Conselho Federal de Psicologia (CFP), levando em conta o consenso científico internacional e os direitos humanos, publicou a Resolução CFP nº 0001/1999, que estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da orientação sexual.

É correto afirmar que a resolução:

- (A) permite tratamento de reorientação sexual nos casos em que houver demanda do paciente que sofre preconceito em seu meio familiar e social;
- (B) colocou-se na vanguarda na medida em que a homossexualidade continuou a ser considerada patologia no DSM-IV e no CID-10;
- (C) impede tratamentos que associam homossexualidade à patologia, mas não impede a participação de psicólogos em pronunciamentos públicos que reforçam preconceitos sociais;
- (D) considera que a forma como cada um vive sua sexualidade faz parte da identidade do sujeito, sendo a conduta e o desejo homoafetivo manifestações da sexualidade humana em sua diversidade;
- (E) teve apoio amplo da sociedade, inclusive de congressistas e comunidades terapêuticas de cunho religioso.

35

João é psicólogo jurídico e realiza o acompanhamento de jovens em medida socioeducativa e de crianças em processo de reintegração familiar. Considerando a necessidade de registro das informações decorrentes da prestação de serviços psicológicos, a Resolução CFP nº 0001/2009 estabelece que:

I. É obrigatório o registro documental sob a forma de prontuário psicológico, por razões que envolvam a restrição do compartilhamento de informações com o usuário e beneficiário do serviço prestado.

II. O registro documental em papel ou informatizado tem caráter sigiloso e constitui-se de um conjunto de informações com o objetivo de contemplar sucintamente o trabalho prestado, a descrição e a evolução da atividade e os procedimentos técnico-científicos adotados.

III. O período de guarda do registro documental deve ser de no mínimo dez anos, devendo ser mantido em local acessível pela instituição onde o psicólogo prestou o serviço.

Está correto o que se afirma em:

- (A) somente I;
- (B) somente II;
- (C) somente III;
- (D) somente I e II;
- (E) I, II e III.

36

Maurício atua como psicólogo perito em Vara de Família e, ao atender um processo de disputa de guarda, recebe a visita de um assistente técnico que solicita participar das entrevistas das partes. Tal assistente argumenta que, por ser psicoterapeuta de uma das partes, poderá colaborar no procedimento de avaliação técnica do caso. Considerando a Resolução CFP nº 008/2010, que dispõe sobre a atuação do psicólogo como perito e assistente técnico no Poder Judiciário, é correto afirmar que:

- (A) o psicólogo assistente técnico não deve estar presente durante a realização dos procedimentos metodológicos que norteiam o atendimento do psicólogo perito e vice-versa;
- (B) o psicólogo assistente técnico poderá participar dos atendimentos do psicólogo perito, exceto quando as entrevistas forem realizadas por equipe multiprofissional;
- (C) o perito e o assistente técnico têm como tarefa comum apresentar, por meio de laudo ou relatório, os indicativos pertinentes às suas investigações que subsidiem o juiz na solicitação realizada;
- (D) é vedado ao assistente técnico ouvir as pessoas envolvidas, caso contrário, poderá se desviar da tarefa de questionar tecnicamente as conclusões realizadas pelo psicólogo perito;
- (E) é vedado ao psicólogo que seja psicoterapeuta das partes envolvidas em um litígio atuar como perito das pessoas atendidas, não havendo impedimento para o assistente técnico.

37

Raquel é psicóloga perita e tem como tarefa avaliar um caso de litígio familiar em torno de uma criança, Miguel, de 6 anos. Uma das pessoas responsáveis pela criança mostrou-se incomodada com a avaliação psicológica, pois a criança vem sendo exposta a conflitos entre os genitores e, com efeito, apresenta certo sofrimento.

De acordo com a Resolução CFP nº 017/2012, que dispõe sobre a atuação do psicólogo como perito nos diversos contextos:

- (A) o atendimento da criança necessita do consentimento formal de todos os seus responsáveis legais;
- (B) a recusa do periciado ou de seu dependente em submeter-se às avaliações para fins de perícia psicológica deve ser comunicada em audiência com o juiz;
- (C) o periciado deve ser informado acerca dos motivos, das técnicas utilizadas, datas e local da avaliação pericial psicológica;
- (D) a devolutiva do processo de avaliação deve direcionar-se para a demanda inicial, as técnicas utilizadas, o raciocínio psicológico e os encaminhamentos a serem feitos;
- (E) o trabalho pericial poderá contemplar instrumentos, métodos e técnicas reconhecidas pela ciência psicológica, garantido o princípio fundamental do livre convencimento do profissional.

38

Débora atuou como perita num caso grave de litígio familiar, pautado por acusações entre as partes de abuso sexual, violência doméstica e alienação parental. Concluída a sua avaliação e confeccionado o laudo, surgiu nela dúvidas sobre a entrevista devolutiva.

Segundo a Resolução CFP nº 06/2019, a psicóloga:

- (A) deve realizar a entrevista devolutiva caso tenha feito um parecer;
- (B) deve realizar a entrevista devolutiva por envolver violência contra a criança;
- (C) deve realizar a entrevista devolutiva depois da entrega do laudo;
- (D) na impossibilidade de realizar a entrevista devolutiva, deve explicitar as razões;
- (E) não tem a obrigação de realizar a entrevista devolutiva, sendo algo facultativo à profissional.

39

A alienação parental é um tema controverso, cuja lei vem sendo debatida no Congresso Nacional. Por sua vez, o Conselho Federal de Psicologia já promoveu debates sobre o tema, tendo, inclusive, publicado uma coletânea com psicólogos de perspectivas diferentes.

Analise as críticas ao conceito de síndrome de alienação parental (SAP)/alienação parental (AP), considerando V para a(s) verdadeira(s) e F para a(s) falsa(s):

- I. Estudos sem grupo controle e ausência de estudos de coorte estruturados para atestar a SAP e suas consequências.
- II. Os pressupostos de AP representam uma visão que patologiza, medica e criminaliza acontecimentos e situações que são contingentes ao pós-divórcio.
- III. A expressão da criança é desqualificada em função da suposta lavagem cerebral que ela sofreu, chegando a ser referida por Gardner como “falso pensador-independente”.

A sequência correta é:

- (A) F – V – F;
- (B) F – V – V;
- (C) F – F – V;
- (D) V – V – F;
- (E) V – V – V.

40

Julia é psicóloga e foi demandada por um pai, detentor da guarda de uma criança, a realizar uma perícia. Para tanto, solicitou autorização formal do pai para fazer a avaliação psicológica, iniciando as entrevistas sem requisitar autorização da mãe. No decorrer das entrevistas, descobriu que a criança é vítima de crueldade e de abuso psicológico do pai, que rechaçou a devolutiva da psicóloga. A mãe não quis tomar atitude para não ser prejudicada na convivência do filho. Diante da situação de vulnerabilidade da criança, Julia decidiu quebrar o sigilo dos atendimentos e notificar o Conselho Tutelar, entregando um “atestado psicológico” no qual se apresenta como perita do caso e informa que a criança é vítima de abuso, porém, sem fundamentá-lo técnico-cientificamente.

De acordo com o Código de Ética do Psicólogo, Julia:

- (A) cometeu infração ética por solicitar autorização apenas ao pai para realizar a perícia, sendo obrigada a solicitar também à mãe;
- (B) cometeu infração ética por quebra do sigilo diante do conflito entre a preservação da confidencialidade e a situação de crueldade sobre a criança;
- (C) cometeu infração ética por emitir documento sem fundamentação e qualidade técnico-científica;
- (D) cometeu infração ética por todos os motivos acima;
- (E) não cometeu nenhuma infração ética.

41

Rodolfo ajuizou uma ação pleiteando guarda compartilhada em relação a seu filho, Antônio, de 5 anos, sendo contestada pela mãe da criança, Marlene, alegando que o pai jamais assumiu responsabilidade. Segundo a mãe, não faria sentido o pai exercer a guarda conjuntamente, passados dois anos desde a separação.

O juiz encaminhou o processo para a equipe interdisciplinar, cuja orientação deverá visar, de acordo com a Lei nº 13.058/2014:

- (A) o diagnóstico de atos de alienação parental;
- (B) a divisão equilibrada do tempo com o pai e com a mãe;
- (C) a identificação de quem detém melhor condição de guarda;
- (D) a investigação da existência de eventual psicopatologia nos genitores;
- (E) a contraindicação da guarda compartilhada quando não houver acordo entre os pais.

42

Em “Sobre o início do tratamento (Novas recomendações sobre a técnica da psicanálise I)” (1913), Freud recomenda fazer um tratamento de ensaio no início do atendimento do paciente, antes da análise propriamente dita, para evitar uma interrupção posterior que possa causar a impressão desagradável de tentativa fracassada de cura. Tal ensaio segue as regras do método analítico e tem também motivação diagnóstica. Seguidor de Freud, Lacan considera esse preâmbulo fundamental, sendo a porta de entrada para a análise propriamente dita.

Tal trabalho prévio é chamado por Lacan de:

- (A) travessia do fantasma;
- (B) holding terapêutico;
- (C) anamnese subjetiva;
- (D) entrevistas preliminares;
- (E) acolhimento integral da demanda.

43

De acordo com as “referências técnicas para atuação de psicólogas(os) em Varas de Família”, os litígios em torno da guarda compartilhada e da alienação parental podem estar entrelaçados com acusações de violência doméstica, demonstrando a complexidade de variáveis em jogo num processo judicial.

Em relação ao exposto, analise as afirmativas a seguir.

I. Podem ser elencadas cinco formas de violência doméstica e familiar contra as mulheres que acontecem de modo combinado: violência psicológica, violência física, violência sexual, violência patrimonial e violência moral.

II. A violência doméstica atinge massivamente as mulheres, sendo as pessoas de seu contato indireto, como estranhos em ambiente de rua, os maiores responsáveis pelo total de atendimentos de violência.

III. Alguns homens são afastados judicialmente da convivência dos filhos por acusação de violência contra a ex-parceira, mesmo quando inocentados no contexto criminal ou sem ter havido queixa em relação ao comportamento deles com os filhos. Daí a importância de se explorar o viés relacional e distinguir o que diz respeito ao relacionamento conjugal das relações estabelecidas entre pais e filhos.

Está correto o que se afirma em:

- (A) somente I;
- (B) somente II;
- (C) somente III;
- (D) somente I e III;
- (E) I, II e III.

44

As questões de gênero atravessam boa parte dos conflitos interpessoais que o(a) psicólogo(a) enfrenta no campo jurídico. Para tanto, as contribuições teóricas de Judith Butler são fundamentais.

Segundo a autora o gênero:

- (A) articula-se a um modelo de produção capitalista marcado pela divisão e exploração do proletariado pela classe burguesa;
- (B) corresponde a identidades fixas e imutáveis que dividem os lados masculino e feminino de forma hierárquica e assimétrica;
- (C) é um dos meios utilizados para reprimir e encobrir desejos que fogem à norma social e, por isso, são recalcados no inconsciente;
- (D) é fruto de convenções sociais definidas a partir da anatomia sexual, servindo de pretexto para atribuições delegadas preferencialmente a pessoas cisgênero;
- (E) opera dentro de uma matriz de inteligibilidade pela qual até mesmo o sexo supostamente natural é estabelecido como “pré-discursivo”.

45

Manoela ajuizou uma ação pleiteando reparação e indenização por problemas psicológicos oriundos de abandono afetivo, tendo ocorrido desde sua primeira infância, ou seja, na relação entre mãe-bebê. Para Winnicott, o afeto é uma condição de possibilidade do processo de constituição psíquica, referindo-se à experiência de mutualidade entre a mãe e o lactente.

A mola propulsora do desenvolvimento do indivíduo deve ocorrer num ambiente facilitador de intensa sensibilidade e empatia com o bebê, chamado por Winnicott de:

- (A) cuidados maternos plenos;
- (B) preocupação materna primária;
- (C) complexo do próximo (semelhante);
- (D) comunicação verbal entre mãe-bebê;
- (E) satisfação das necessidades instintivas.

46

A violência intrafamiliar é algo que se apresenta com certa frequência nos casos atendidos pelas equipes interprofissionais no campo jurídico.

Analise as afirmativas a seguir, considerando V para a(s) verdadeira(s) e F para a(s) falsa(s):

I. A violência é um fenômeno polissêmico e complexo que pode se manifestar de formas variadas e conexas entre si e, na medida em que se realimentam mutuamente, contribuem para uma escalada global da violência, com prejuízos para a saúde do indivíduo e para a saúde coletiva.

II. A definição adotada oficialmente no Brasil considera a intencionalidade como critério para qualificar o ato como violento.

III. Há um nexo causal entre o ato violento e determinados sintomas que a criança apresenta, efeitos daquele ato, dentro de um período de tempo previsível.

A sequência correta é:

- (A) F – V – F;
- (B) F – V – V;
- (C) F – F – V;
- (D) V – F – F;
- (E) V – V – F.

47

João, de 3 meses, foi levado pelos pais para atendimento em unidade de emergência, pois estava febril e recusava alimento.

Em exames de imagem, foi constatado que o bebê apresentava múltiplas fraturas, algumas delas em estágio de consolidação.

A equipe médica levantou hipótese de violência contra a criança.

Com relação à violência praticada contra a criança, é papel da equipe de saúde investigar, documentar e avaliar a ocorrência de violência sempre que encontrar um ou mais dos seguintes achados durante o exame físico:

- I. aversão ao contato físico, apatia ou avidez afetiva;
- II. transtorno do sono ou da alimentação;
- III. alopecia medicamentosa.

Está correto somente o que se indica em:

- (A) I;
- (B) II;
- (C) III;
- (D) I e II;
- (E) II e III.

48

Juliana viveu relação conjugal tóxica com Antônio, em que ele manipulou a parceira, criando inseguranças e medos por meio de omissão, distorção e criação de informações. Dessa forma, Antônio conseguia se engrandecer e se livrar de situações desfavoráveis a ele. No decorrer do relacionamento, Juliana desenvolveu ansiedade e baixa autoestima.

A violência praticada por Antônio ao longo do relacionamento foi:

- (A) síndrome de Münchausen;
- (B) gaslighting;
- (C) síndrome de Burnout;
- (D) síndrome de Waterhouse-Friderichsen;
- (E) simulação consciente.

49

Josiane é madrinha de Pablo, que tem 8 anos, e foi nomeada como guardião do menino em processo que tramitou em uma Vara de Infância. Apesar de ter sido sempre muito amiga dos pais da criança, Carla e Pedro, tem se desentendido com ambos após a concessão da guarda.

De acordo com as disposições contidas na lei nº 8.069/1990, é correto afirmar que:

- (A) Carla é responsável por escolher a escola de Pablo, mas precisa que Josiane concorde com a sua escolha;
- (B) Josiane é responsável pela matrícula escolar de Pablo, independentemente da anuência de Carla e Pedro;
- (C) Carla deve definir onde Pablo irá estudar, mesmo que Josiane discorde de sua opção;
- (D) Carla deve definir a escola de Pablo em pleno acordo com Pedro, pai da criança;
- (E) Pedro é responsável por escolher a escola de Pablo, pois detém o pátrio poder, apesar de não ser o guardião.

50

Com relação aos direitos de pessoa portadora de transtorno mental, analise os itens a seguir.

- I. ser protegida contra qualquer forma de abuso e exploração;
- II. ter livre acesso aos meios de comunicação disponíveis;
- III. ser tratada, preferencialmente, em serviços comunitários de saúde mental.

A Lei nº 10.216/2001 considera como direito de pessoa portadora de transtorno mental:

- (A) somente I;
- (B) somente II;
- (C) somente III;
- (D) somente I e III;
- (E) I, II e III.

51

Com relação à mediação, é correto afirmar que:

- (A) o mediador atua nas ações nas quais as partes não possuem vínculos, com o objetivo de restabelecer o diálogo e permitir que os interessados proponham soluções para o caso;
- (B) é a técnica em que um terceiro imparcial, não escolhido pelas partes, decide a solução da controvérsia, impondo tal decisão para cumprimento dos interessados;
- (C) é a técnica em que um terceiro parcial atua diretamente, sugerindo soluções, em ações nas quais as partes não possuam vínculos entre si;
- (D) é uma técnica de negociação formal e escrita, em que o negociador usa a busca do senso comum e a confidencialidade durante o processo;
- (E) é uma técnica de negociação na qual um terceiro, indicado ou aceito pelas partes, ajuda a encontrar uma solução que atenda a ambos os lados do conflito.

52

Maurílio, 16 anos, ganhou de presente de aniversário uma viagem internacional de seus pais, Alice e Bento.

Segundo o ECA, é correto afirmar que:

- (A) é necessária a autorização judicial para que Maurílio viaje, independentemente da presença dos pais na viagem;
- (B) é dispensável a autorização judicial para a viagem internacional se os pais viajarem junto;
- (C) Maurílio pode viajar com a mãe, sem autorização judicial ou sem autorização do pai;
- (D) Maurílio pode viajar com o pai, sem autorização judicial ou sem autorização da mãe;
- (E) Maurílio não precisa da autorização judicial ou dos pais, pois tem 16 anos.

53

Mariana, 70 anos, é aposentada e decidiu retornar ao mercado de trabalho.

Em consonância com o Estatuto do Idoso, é correto afirmar que:

- (A) Mariana deve ter preferência na seleção por vaga de emprego porque é idosa;
- (B) Mariana não pode se candidatar à vaga de emprego porque já se aposentou;
- (C) a empresa pode participar de programa do poder público que estimule a admissão de idosos;
- (D) Mariana não deve ser selecionada para a vaga se houver candidatos mais jovens;
- (E) a empresa só deve contratar Mariana se receber uma contrapartida do poder público para admiti-la.

54

Leonardo, 80 anos, é acamado e foi abandonado em casa sozinho pelos filhos Giulia e Giuseppe. Ao saber da dinâmica, Guilherme, que é vizinho do idoso, comunicou o fato ao Ministério Público.

Segundo as disposições do Estatuto do Idoso:

- (A) Guilherme agiu corretamente, pois qualquer cidadão deve comunicar violações dos direitos dos idosos;
- (B) Guilherme não poderia ter procedido dessa forma, pois apenas familiares podem apresentar denúncias em nome dos idosos;
- (C) Guilherme não deveria ter denunciado, e sim ingressado com ação de alimentos por Leonardo em Vara de Família;
- (D) Guilherme não deveria ter denunciado, e sim ingressado com ação de alimentos por Leonardo em Vara do Idoso;
- (E) Giuseppe e Giulia podem ingressar com ação judicial contra Guilherme, pois ele não é parente do idoso e não poderia ter feito a denúncia.

55

Alexandra, 3 anos, foi levada por sua mãe, Rebeca, para o hospital, pois teria apresentado sonolência excessiva, dor abdominal e sangramentos nasais. Após cuidadosa avaliação e acompanhamento da criança, verificou-se que a mãe da menina estaria injetando medicamentos na filha, que foram a razão do surgimento dos sintomas de Alexandra.

A dinâmica em análise é compatível com os sintomas de:

- (A) depressão;
- (B) psicose puerperal;
- (C) síndrome de Münchhausen por procuração;
- (D) esquizofrenia;
- (E) síndrome de Münchhausen.

56

Os irmãos Antônio, 12 anos, e Clara, 11 anos, invadiram o estabelecimento comercial vizinho à sua casa e se apropriaram de objetos do comércio.

Diante desse caso, de acordo com os preceitos do Estatuto da Criança e do Adolescente, é correto afirmar que:

- (A) Antônio e Clara podem ser submetidos a medidas socioeducativas aplicadas, respectivamente, pelo Conselho Tutelar e pelo Ministério Público;
- (B) Clara deve ser submetida à medida socioeducativa aplicada pela Vara de Infância;
- (C) Antônio deve ser submetido à medida protetiva aplicada pela Defensoria Pública;
- (D) Antônio e Clara podem receber, respectivamente, medida socioeducativa pela Vara de Infância e protetiva pelo Conselho Tutelar;
- (E) Antônio e Clara podem receber sanções criminais aplicadas pelo Ministério Público, se for provado que agiram com discernimento.

57

Gestão de conflitos é parte fundamental na administração de recursos humanos, mas nem sempre foi reconhecido o potencial positivo dos conflitos.

A posição de que os conflitos devem ser estimulados no ambiente corporativo, já que instigam a curiosidade e a concorrência positivamente, produzindo alternativas criativas, é a defendida pela Escola:

- (A) clássica;
- (B) de relações humanas;
- (C) interacionista;
- (D) da administração científica;
- (E) das estruturas móveis.

58

A atuação profissional do psicólogo nas políticas públicas, com base na perspectiva dos direitos humanos, deve se caracterizar por:

- I. avaliar o indivíduo na seleção de empregos e progressão escolar;
- II. voltar-se para o rompimento dos padrões normativos e opressores da diversidade humana;
- III. considerar a dimensão subjetiva no trabalho junto às políticas públicas.

Está correto somente o que se afirma em:

- (A) I;
- (B) II;
- (C) III;
- (D) I e II;
- (E) II e III.

59

As alternativas penais instituídas pela Política Nacional de Alternativas Penais só NÃO abrangem:

- (A) penas restritivas de direitos;
- (B) transação penal e suspensão condicional do processo;
- (C) conciliação, mediação e técnicas de justiça restaurativa;
- (D) medidas protetivas de urgência;
- (E) penas privativas de liberdade.

60

Sobre os princípios da psicologia vygotskiana em relação à subjetividade humana, é correto afirmar que:

- (A) defendem um enfoque objetivista que estabelece relações mecânicas de correspondência entre fatos psicológicos e fatos exteriores;
- (B) analisam a perspectiva subjetivista, da predominância do sujeito sobre o objeto e que o coloca no papel de criador da realidade;
- (C) apoia a discussão acerca da normalidade e o processo de biologização e de medicalização das questões sociais;
- (D) ratificam a reabilitação com base em um padrão de normalidade;
- (E) consideram que o sujeito não é um mero efeito das práticas sociais, podendo apropriar-se delas, criticá-las e resignificá-las.

DISCURSIVAS

1

No transcurso da instrução processual bem como na fase de execução de sentenças infracionais, há situações em que a autoridade judiciária determina à equipe interprofissional a elaboração de avaliação psicossocial dos adolescentes envolvidos no cometimento de infrações a fim de favorecer a tomada de outras decisões importantes à garantia de direitos dos jovens vinculados aos processos.

Davi, 14 anos, é filho de pai não declarado e de Cláudia, 31 anos, empregada doméstica. Davi tem duas irmãs mais novas, filhas do atual companheiro de Cláudia. O adolescente está matriculado no 6º ano do Ensino Fundamental, mas tem dificuldades de aprendizagem importantes e muitas faltas escolares. Davi foi apreendido em flagrante ao sair de um bar onde entrou, arrombando a porta, levando uma garrafa de vodca, maços de cigarro, chocolates e balas dentro da mochila. Ouvido na Delegacia, ele admitiu que fumava e fazia uso de álcool e se queixou de que o padrasto só comprava guloseimas para suas irmãs e de que ele e a mãe o espancavam habitualmente.

Que medida(s) socioeducativa(s) elencada(s) no Estatuto da Criança e do Adolescente e no Sinase seria(m) aplicável(is) pela autoridade judiciária neste caso? Justifique sua resposta.

Faça uma breve avaliação da situação de Davi e sugira uma ou mais ações que o psicólogo pode propor em seu relatório no interesse do adolescente.

ATENÇÃO: NÃO ASSINE SUA RESPOSTA E NÃO SE IDENTIFIQUE POR NENHUM MEIO, SOB PENA DE ANULAÇÃO DE PROVA.

Valor: 15 pontos

Máximo de 15 linhas.

2

Josiane e Marcelo vivem em conjugalidade há seis anos. Durante toda a constância da união, a mulher foi vítima de agressões físicas pelo companheiro. Recentemente, Josiane realizou boletim de ocorrência e a dinâmica passou a ser acompanhada por processo no Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (JVDFM).

Em consonância com as disposições contidas na Lei Maria da Penha, quais podem ser as intervenções possíveis da equipe técnica, a serem realizadas com o agressor, no processo que tramita no JVDFM? De que forma a equipe deve apresentar suas considerações ao juiz?

Valor: 15 pontos

Máximo de 15 linhas.

RASCUNHO

Realização

